

FEMINISMO E EDUCAÇÃO: a caminho da equidade.

Uma das reivindicações do movimento feminista é a inserção das mulheres na educação e no mercado de trabalho, forma de promover a emancipação feminina. Movimento feminista e discussão acadêmica são parceiros na luta pela equidade de gênero no país, as pesquisas acadêmicas analisam e denunciam as diferenças entre mulheres e homens, dando visibilidade às mulheres, como sujeitos de suas histórias.

Simone de Beauvoir, uma das grandes pensadoras feministas do século XX, comentou que é “pelo trabalho que a mulher vem diminuindo a distância que a separa do homem, somente o trabalho poderá garantir-lhe uma independência concreta.” Nesse mesmo período, Virgínia Woolf afirmava que “Depender de uma profissão é uma forma menos odiosa de escravidão do que depender de um pai”. Essas duas pensadoras mostram uma das bandeiras do movimento de mulheres, que é a independência da mulher em relação à autoridade masculina, sobretudo por intermédio da instrução.

A história da educação feminina no Brasil evidencia a trajetória das mulheres na luta para conquistarem espaço no meio acadêmico e no mercado de trabalho. Em 1879, com a Lei Leônicio de Carvalho, ficou garantido o direito às mulheres de cursarem as instituições de ensino superior. As primeiras mulheres a cursarem o ensino superior, de acordo com as etnias, foram: a branca Rita Lobato, graduada na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1887, e a negra Maria Rita de Andrade, que obteve o título de bacharel pela Faculdade de Direito da Bahia, em 1926. E em 2006, Maria das Dores de Oliveira, da etnia pankararu, obteve doutorado em linguística na Universidade Federal de Alagoas.

No Paraná, a primeira mulher a cursar Medicina na Universidade Federal do Paraná foi Maria Falce Macedo, em 1914, a primeira a ocupar cátedra universitária no país. Júlia Wanderley Petrich foi a primeira a cursar a Escola Normal presencialmente, em 1893, e liderou um movimento de moças para o ingresso no educandário.

Na década de 1950, a política educacional paranaense adotou um discurso modernizador e nesse contexto foi criada a Casa da Estudante Universitária Paranaense (CEUC) para abrigar estudantes de todo estado na capital. A CEUC acabou se constituindo um “lar em terra estranha” para jovens que buscavam a formação universitária longe de casa, a preocupação era manter a moralidade fora da tutela dos pais e, simultaneamente, cursar a faculdade.

Portanto, o ingresso das estudantes paranaenses no ensino superior foi acompanhado pela preocupação em manter os padrões tradicionais esperados das mulheres. As qualidades consideradas femininas, como o cuidado com as tarefas domésticas, o recato, a pureza sexual, deviam ser mantidas.

O quadro de raridade das mulheres no ensino superior começou a se modificar a partir da década de 1970, quando o ingresso das mulheres se intensificou, culminando, na década de 1990, na inversão da tendência tradicional, isto é, as mulheres passaram a ocupar 60% das vagas no ensino superior.

Contudo, o aumento do ingresso das mulheres no ensino superior não significou necessariamente a equidade de gênero, porque os cursos nos quais elas são maioria eram considerados eminentemente femininos. Esses reforçavam as atribuições tradicionais das mulheres, como o magistério, a enfermagem e o serviço social.

Em cursos considerados masculinos, as poucas mulheres que ousavam “invadir” esse território encontravam um terreno hostil, tanto na sua formação quanto na atuação

profissional. É o caso de mulheres que cursavam medicina e ocupavam áreas como a pediatria, ou mulheres que concluíam cursos técnicos e tornavam-se professoras universitárias. Nesse sentido, apesar de terem frequentado cursos até então considerados redutos masculinos, essas mulheres em sua prática profissional reproduziam os papéis tradicionais atribuídos às mulheres, como o cuidado com o outro, sobretudo as crianças e o magistério.

Flúvia Rosemberg aponta a contradição das mulheres ocuparem muitos postos de trabalho no magistério, e, no entanto, na história do Brasil apenas tivemos uma Ministra da Educação, Esther de Figueiredo Ferraz, no governo João Batista Figueiredo.

A reversão nos números de mulheres nas universidades ocorreu por intermédio de políticas públicas decorrentes de pressões internacionais. As políticas públicas de gênero tomaram impulso diante da atuação de organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a mobilização das mulheres educadas no país.

No Brasil, o movimento feminista e a produção científica universitária se desenvolveram paralelamente, à medida que o número de mulheres aumentou nas universidades, sobretudo nas ciências humanas, as pesquisas sobre a situação feminina também cresceram. Na década de 1990, os estudos feministas passaram a empregar a categoria gênero para analisar a condição feminina no país.

A categoria gênero propunha analisar os papéis sociais atribuídos e assumidos por mulheres e homens em determinadas sociedades, compreendendo que apesar de esses papéis se basearem nas diferenças biológicas entre os sexos, esses papéis são construídos socialmente e não dados pela natureza. Os papéis conferidos aos gêneros estabelecem relações entre mulheres e homens, criando uma hierarquia entre ambos.

Portanto, o lugar ocupado pela mulher na sociedade não estaria ligado ao produto de sua atividade, mas, sim, pela valorização conferida socialmente às tarefas realizadas pelas mulheres. Na mesma lógica de argumentação, Pierre Bourdieu nos aponta que as atividades femininas, quando são realizadas por homens, recebem uma valorização “positiva”, como na costura ou na cozinha. Nesse sentido, o que confere um caráter nobre às atividades não são os seus produtos, mas, sim, quem as realiza. As atividades quando realizadas pelos homens ganham um enobrecimento, enquanto as funções femininas são depreciadas.

O que nos leva a pensar se a reversão da participação das mulheres em profissões até então consideradas masculinas não será acompanhada pela desvalorização dessas atividades na sociedade brasileira. As estatísticas recentes indicam que o número de homens que ingressaram no ensino superior elevou-se, essa tendência é explicada pelos programas sociais do governo nos últimos anos. Simultaneamente, a tendência nos valores dos salários de homens e de mulheres para exercerem as mesmas atividades mantém a desigualdade de gênero, porque os homens continuam a receber salários maiores.

Portanto, o caminho já foi aberto por mulheres que tiveram a coragem de romper com os padrões de sua época, porém a luta continua, as mulheres ainda têm que conquistar a valorização profissional. E, para isso, devem questionar os papéis atribuídos a elas, bem como reivindicar a participação igualitária dos gêneros na sociedade.

AUTOR:

Nádia Guariza - Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Gênero da UFPR. Professora colaboradora do departamento de História da Universidade Federal do Paraná